



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Modernidade, Incerteza e Risco

CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CULTURA DE RISCO NA INFÂNCIA – O CASO DE DUAS ESCOLAS BÁSICAS DO DISTRITO DE AVEIRO

SILVA, Alexandra

Mestre em Administração e Gestão Pública

Universidade de Aveiro

alex33@ua.pt

FIGUEIREDO, Elisabete

Socióloga. Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente. Professora Auxiliar no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Investigadora do GOVCOPP

Universidade de Aveiro

elisa@ua.pt

Resumo

O crescimento das preocupações sociais e institucionais com o risco e a sua gestão, assim como o crescente reconhecimento da relevância da perceção e atuação do público leigo nesses processos, conduziram a que se atribua atualmente grande importância ao desenvolvimento e consolidação da chamada *cultura de risco*.

A *cultura de risco*, que consiste na dotação de conhecimentos para a prevenção e autoproteção de/ em situações de risco e da sua materialização, deve ser desenvolvida desde a infância, sobretudo no contexto escolar. A presente comunicação visa contribuir para o debate em torno desta problemática, apresentando um diagnóstico preliminar acerca da formação e desenvolvimento de *cultura de risco* e da relevância da implementação de ações de sensibilização sobre riscos entre os estudantes.

Os dados empíricos apresentados resultam da aplicação de inquéritos por questionário e de entrevistas semiestruturadas, respetivamente aos estudantes e aos responsáveis escolares em duas Escolas Básicas (EB) do distrito de Aveiro – uma situada em meio urbano (EB-1 da Glória, concelho de Aveiro) e outra localizada num meio predominantemente rural (EB-1 de Casalmarinho, concelho de Oliveira de Azeméis).

Foi possível verificar, entre outros aspetos, a existência de uma clara relação entre as ações de sensibilização desenvolvidas e a existência de Planos de Prevenção e Emergência (PPE) nas escolas e a formação de *cultura de risco* nos alunos. Efetivamente, os alunos da Glória – escola que possui PPE e na qual são realizadas diversas ações de sensibilização da comunidade escolar – apresentam maiores conhecimentos sobre riscos e formas de atuação, i.e., maior *cultura de risco*, do que os alunos de Casalmarinho – escola onde tais atividades e Plano não existem.

Abstract

The increasing social and institutional concerns with risk, its management and mitigation, as well as the growing recognition of the relevance of public perception and action, have led to the current significance of *risk culture*.

The culture of risk, consisting in the acquisition of knowledge for the prevention and self-protection from/of risk and in its subsequent materialization, should be developed since childhood, mainly within the scholar context. This paper aims to contribute to foster the debate on this topic, presenting a preliminary diagnosis on culture of risk formation and development as well as on the relevance of the implementation of actions among the students

The empirical evidence discussed in this paper derived from a survey directed to students and from semi-structured interviews applied to the responsables of the two elementary schools: one located in a predominantly rural environment (EB1 Casal marinho, Oliveira de Azeméis municipality) and the other located in a urban context (EB1 Glória, Aveiro municipality).

The evidence collected shows a clear relationship between the actions developed in the schools and the existence of risk prevention plans and the formation of risk culture among the students. The students of the EB1 Glória – a school that possesses a risk prevention plan and in which several actions of risk awareness and prevention are developed in a consistent way – present greater knowledge on risk and ways of action in the case of accident occurrence than the students of the EB Casal marinho (where those plans and actions do not exist).

Palavras-chave: Gestão de Risco; Cultura de Risco

Keywords: Risk Management; Culture of Risk

Introdução

O crescimento das preocupações sociais e institucionais com o risco e a sua gestão e mitigação, assim como o crescente reconhecimento da relevância da percepção e atuação do público leigo naqueles processos, conduziram a que se atribua atualmente grande importância ao desenvolvimento e consolidação da chamada *cultura de risco*.

A *cultura de risco*, que basicamente consiste na dotação de conhecimentos para a prevenção e autoproteção de/ em situações de risco e da sua materialização, deve ser desenvolvida desde a infância, sobretudo no contexto escolar. Ainda que se trate de uma matéria considerada relevante, são escassos os estudos empíricos e as reflexões teóricas neste domínio. A presente comunicação visa contribuir para o debate em torno desta problemática, apresentando um diagnóstico preliminar acerca da formação e desenvolvimento de *cultura de risco* e da relevância da implementação de ações de sensibilização sobre riscos entre os estudantes e os responsáveis em duas Escolas Básicas do distrito de Aveiro,

Os dados empíricos apresentados resultam da aplicação de inquéritos por questionário e de entrevistas semiestruturadas, respetivamente aos estudantes do ensino básico e aos responsáveis escolares em duas Escolas Básicas (EB) do distrito de Aveiro – uma situada em meio urbano (EB1 da Glória, concelho de Aveiro) e outra localizada num meio predominantemente rural (EB1 de Casalmarinho, concelho de Oliveira de Azeméis)¹. O inquérito por questionário foi elaborado tendo em conta a faixa etária dos inquiridos – estudantes dos 2º, 3º e 4º anos do Ensino Básico (entre os 7 e os 10 anos). Assim, privilegiou-se uma linguagem simples e a utilização de imagens como formas de verificar o conhecimento que os estudantes possuíam quanto aos riscos e formas de prevenção, assim como quanto à sinalização de emergência e modos de atuação em caso de ocorrência de acidentes. Foram inquiridos 148 alunos, representando cerca de 43% do total e selecionados segundo o ano de escolaridade e o sexo. As seis entrevistas realizadas (aplicadas aos Diretores do Agrupamento de Escolas; aos Coordenadores do 1º Ciclo e aos responsáveis pela segurança), tinham como objetivo conhecer as medidas de segurança implementadas nas escolas, assim como as ações de sensibilização desenvolvidas em matéria de prevenção de riscos.

Os dados permitem concluir, entre outros aspetos, pela existência de uma clara relação entre as ações de sensibilização desenvolvidas e a existência de planos de prevenção de risco nas escolas e a formação de *cultura de risco* na infância. Efetivamente, os alunos da EB1 da Glória – escola que possui Plano de Prevenção e Emergência e na qual são realizadas diversas ações de prevenção e sensibilização da comunidade escolar – apresentam maiores conhecimentos sobre riscos e formas de atuação em caso de acidentes, i.e., maior *cultura de risco*, do que os alunos da EB1 de Casalmarinho – escola onde tais atividades e Plano não existem. Esta conclusão permite-nos afirmar a relevância da Escola no desenvolvimento e consolidação de uma *cultura de risco* nos cidadãos.

O artigo aborda em primeiro lugar o conceito de risco, a importância da sua gestão e do desenvolvimento de cultura de risco para, seguidamente, refletir sobre os dados empíricos recolhidos.

1 A Importância do Desenvolvimento de Cultura de Risco na Infância

A preocupação com as situações de risco e a sua gestão não é uma realidade das sociedades de hoje. Muitos autores defendem que a primeira referência ao conceito de risco remonta à Era dos Descobrimentos, onde era associado aos perigos enfrentados pelos marinheiros aquando das navegações (Mela, Belloni e Davico, 2001 e Queirós, Vaz e Palma, 2006). Apesar das dúvidas quanto à sua origem, está generalizada a ideia que, até ao século XVII, o conceito abrangia apenas as situações de cariz natural (Queirós et al, 2006) que eram encaradas como punições divinas (White, 1945 in Figueiredo, 2009). Após esta data, e principalmente após o terramoto de 1755 em Lisboa (Kerven, 1995 in Santos, 2008), esta realidade começa a ser alterada, e os fenómenos começam a ser explicados com base na racionalidade científica e técnica, e assim o conceito ganha uma nova abrangência (Santos, 2008).

Para o entendimento deste trabalho consideraremos Risco, segundo definição de Almeida (2004), como a “probabilidade de ocorrência de perturbações que alterem o estado de segurança existente ou previsto e que provoquem os correspondentes danos”, sejam elas de origem natural ou tecnológica. No entanto, importa esclarecer que apesar de todos os estudos já realizados sobre o tema, continuam a existir várias noções de Risco, uma vez que esta varia de pessoa para pessoa, segundo fatores como a idade ou o nível de habilitações (Almeida, 2004). Fácil será de perceber também que as noções de risco não são provenientes apenas das pessoas ditas especialistas, todo o cidadão, apesar de realizar uma avaliação diferente, experiencia esse tipo de situações e formaliza a sua própria opinião. Assim, podemos afirmar a existência de dois tipos de avaliações, a objetiva e a subjetiva, a primeira realizada pelos especialistas que avaliam os riscos presentes em dada sociedade e a segunda pelos cidadãos comuns ou leigos que apenas percecionam o risco (Santos, Roxo e Neves, n.d.) e baseiam o seu pensamento em medos e incertezas (Flynn e Slovic, 2000).

Estes dois tipos de avaliações apesar de distintas são igualmente importantes, uma vez que, segundo Figueiredo:

“(...) embora as percepções leigas do risco sejam concepções informadas por juízos de valor [...], reflectem questões legítimas, de grande significado social e político e [...] devem ser tomadas em conta quer nos processos de avaliação técnica dos riscos, quer nos processos políticos de tomada de decisão e gestão.” (Figueiredo 2009, pp.53)

Entende-se assim a Gestão de Risco como, o processo de tomada de decisões que visam o atenuar dos efeitos ou sempre que possível o evitar da ocorrência de uma situação deste género (Colt, 2006 in Santos, 2008), onde, as opiniões dos sujeitos expostos às situações de risco são relevantes (Lavell, 2003, in Santos, 2008).

Apesar da preocupação com este tipo de situação não ser algo recente, é de notar que a tipologia das ameaças se alterou (Mela et al, 2001), pois generalizou-se a ideia de que o desenvolvimento tecnológico não acarretou apenas vantagens, e para além das preocupações com os riscos naturais, hoje em dia a sociedade depara-se com a necessidade de lidar com as consequências adversas desse desenvolvimento (Kourilsky e Viney, 2000 in Gonçalves, 2004 e Figueiredo, 2009). Surge assim o conceito de Sociedade de Risco, que designa as sociedades que se desenvolvem alheias a consequências (Jacobi, 2007). Juntamente com este surge a ideia da existência de riscos globais, riscos que não tem em conta as fronteiras territoriais, nem classes sociais e onde a sociedade deve ser vista como um todo (Areosa, 2008 e Beck, 1992 in Guivant, 1998).

Apesar das críticas, que dão esta visão como exagerada (Adms, 1995 in Guivant, 1998), é necessário ter em mente que a existência de riscos é inquestionável e que a Gestão de Risco é fundamental para a definição, antecipada, das estratégias de ação, para que a redução da probabilidade ou da extinção do impacto seja possível (Luhmann, 1993 in Gonçalves, 2004).

Ao contrário das preocupações com estas situações, a responsabilização dos Estados nesta matéria é algo recente, uma vez que só após a década de 90, Década Internacional para a Redução das Catástrofes Naturais, começaram a surgir diversas iniciativas que atribuem aos Estados competências para a diminuição da incerteza e fomento da segurança (Inácio, 2010 e Almeida, 2004), sem contudo isto, interferir na liberdade individual dos seus cidadãos, uma vez que, estes, com base na sua cultura, nos seus valores e crenças, irão analisar as situações segundo uma análise custo/benefício, onde cada um aceitará determinado risco enquanto o custo em que incorre seja inferior ao benefício proporcionado, sem contudo interferir na liberdade dos outros cidadãos (Douglas e Wildavsky, 1982 in Areosa, 2008 e Figueiredo, Valente, Coelho e Pinho, 2009). Assim temos o Estado responsável pela segurança e pela definição da política de intervenção que vise esse fim, e o cidadão, cuja visão, apesar de menos racional, é tao importante para essa definição quanto as visões dos cientistas da área.

Surgem assim as parcerias como forma de, para além de fornecer informação à população, recolher destas as suas opiniões, em oposição à forma de comunicação unidirecional verificada anteriormente (Horelli, 2002 in Lima, 2004). Em Portugal esta realidade já consta do regime jurídico da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), que promove a participação do cidadão e apresenta a opinião pública como elementos a ter em consideração na elaboração do relatório final (Decreto-Lei 69/2000 de 03 de Maio), apesar de, na realidade,

os processos continuarem baseados na transferência de informação dos cientistas para os leigos e não no diálogo (Lima, 2004).

Todos os aspetos apresentados até aqui culminam num dos ideais defendidos pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, “Proteção Civil – Uma tarefa de todos para todos”, pois tal como consta da Lei de Bases, esta é uma atividade não é só desenvolvida pelo Estado mas também pelas “Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas” (Lei 27/2006 de 3 de Julho). No entanto, a participação do cidadão comum requer formação, pois “só uma população informada pode ter um verdadeiro e indispensável protagonismo num sistema que visa, em última instância, a melhoria das condições de vida de todos os cidadãos” (Lencastre e Pimentel, 2005:7), e é baseado na importância dessa formação que surge o conceito de Cultura de Risco, que se traduz no conhecimento desenvolvido nos cidadãos sobre formas de prevenção e reação em situações de risco, através de ações de sensibilização (AP/CAT, 2003). É esta preocupação, não só com a reação mas também com a prevenção, que torna este conceito diferente do de, por exemplo, Cultura de Segurança, que se foca apenas nas ações pós-catástrofe (Soriano, 2009).

O cidadão é entendido assim, por diversos autores, como o principal agente de proteção civil, cujo nível de conhecimentos aumenta a sua capacidade de resistência e diminui a sua vulnerabilidade (Mendes, 2007 in Inácio, 2010), pois entre outras vantagens, habilita-o a agir até à chegada das equipas especializadas, facilitando assim as operações de socorro e possibilita a diminuição de custos dada a diminuição dos danos causados (UK Cabinet Office, 2009).

Para além da simples defesa do desenvolvimento deste tipo de cultura nos cidadãos, o Concelho da União Europeia defende ainda o seu desenvolvimento desde os primeiros anos de vida (CUE, 2009), pois, são os mais pequenos os mais expostos aos riscos, a sua capacidade de assimilação de informação é maior, e têm capacidade de influenciar a conduta dos mais velhos (AP/CAT, 2003).

Levanta-se assim a questão sobre a responsabilidade pela formação das crianças, onde a escola assume o papel principal (Carvalho, 2003), pois como é defendido por Jacobi (2007, pp.57) “o caminho para uma sociedade sustentável se fortalece na medida em que se desenvolvam práticas educativas que [...] aportem para a escola e os ambientes pedagógicos uma atitude reflexiva em torno da problemática ambiental”.

A realização destas ações junto do público mais jovem, apesar de se poderem ver como precoces, na realidade não o são, pois segundo Piaget e Wallon, as crianças, quando atingem a idade escolar, desenvolvem alterações ao nível do pensamento que lhes permitem, a partir desse momento, aprender com as ações que desenvolvem e a adaptar-se ao meio que os rodeia (Turner, 1976 e Wallon, 1956 in Tran-Thong, 1981). Desta forma, temos as crianças com competências para assimilar informação sobre situações de risco e sobre ações de prevenção e minimização das consequências de uma possível ocorrência.

No entanto, apesar da consciência de que o grau de conhecimentos que os indivíduos possuem, sobre determinado tema, influencia os comportamentos (Barreiros, Ferreira e Vieira, 2004), as ações de sensibilização não se podem basear na transmissão de conhecimentos teóricos, estas têm de ser acompanhadas de exemplos práticos que aproximem os formandos das temáticas apresentadas, caso contrário assistimos a um aumento de conhecimentos mas não a uma alteração de comportamentos (Viegas e Guimarães, 2004).

Dada a importância da sensibilização da população em geral e em especial da população mais jovem, propusemo-nos analisar três formas de atingir esse objetivo dentro dos estabelecimentos de ensino no nosso país, são elas, os programas curriculares, a implementação do clube da Proteção Civil e a existência de Planos de Prevenção e Emergência (PPE) nos estabelecimentos.

No que se refere ao primeiro, podemos ver que, apesar de uma das áreas curriculares definidas para o Ensino Básico (EB) ser a formação cívica, onde se prevê “a formação de cidadãos responsáveis, críticos, ativos, e intervenientes” (Decreto-Lei 6/2001 de 18 de Janeiro), a abordagem destes temas é reduzida e focada na prevenção de incêndios e na reação a situações sísmicas (Departamento de Educação Básica, 2004). Já quando falamos no Clube da Proteção Civil, falamos de uma atividade extra curricular, a ser desenvolvida

nos estabelecimentos, com o objetivo de familiarizar os jovens com os riscos existentes e com as suas formas de prevenção e minimização de consequências, através de ações de sensibilização e realização de atividades práticas no seio da comunidade escolar (SNBPC, 2006). Contudo, o projeto idealizado, pelo Ministério da Administração Interna e Ministério da Educação, é desaproveitado, uma vez que, segundo o Comando Distrital de Operações e Socorro de Aveiro, este Distrito possui clube em funcionamento em apenas 12 das 493 escolas de 1º Ciclo, dos quais 6 no concelho de Aveiro e 2 em Oliveira de Azeméis. Por fim o PPE, que se define como um documento onde constam um conjunto de regras a seguir para a prevenção de situações de risco e de atuação em caso de ocorrência, para minimização das perdas materiais e humanas. Estas regras para além de compiladas devem ser disponibilizadas a todos os utilizadores do estabelecimento para que estes saibam como agir no caso de o plano ser ativado, as ações de formação realizadas devem ser acompanhadas de simulações de situações reais para melhor assimilação de informação e correção de falhas (Lencastre e Pimentel, 2005).

2 Casos de Estudo

De maneira a perceber se os alunos demonstram deter conhecimentos que nos indiquem a formação de Cultura de Risco e se os responsáveis, pelos estabelecimentos de ensino que esses alunos frequentam, reconhecem a importância das escolas na sensibilização dos discentes para a questão dos riscos e suas formas de prevenção e proteção, foram aplicados Inquéritos por Entrevista e Inquéritos por Questionário, em duas escolas básicas de 1ºciclo do Distrito de Aveiro.

Assim, o primeiro, tinha como objetivo principal a aproximação às instituições, de maneira a conhecer a realidade, no que respeita à preocupação dos responsáveis face à segurança dos alunos que frequentam o estabelecimento, através da verificação da existência ou não de Planos de Prevenção e Emergência, e também no que se refere à perceção, por parte dos mesmos, da importância da sensibilização das crianças para as situações de risco. Estas entrevistas foram realizadas junto de três responsáveis de cada um dos estabelecimentos, nomeadamente ao Diretor, ao Coordenador do 1º Ciclo e ao responsável pela segurança do agrupamento de escolas. Apesar de ligeiramente distintas, dada a diferente proximidade dos entrevistados ao quotidiano dos alunos (Diretor do Agrupamento de Escolas), a estrutura apresenta-se muito semelhante. Para além das questões introdutórias que apresentam o entrevistado e o seu papel dentro da instituição, o IE pretende recolher informação sobre:

- Realização de ações de sensibilização e perceção da sua importância;
- Existência de PPE e seu conhecimento por parte dos alunos;
- Medidas quotidianas de minimização de riscos;
- Conhecimento da existência do Clube da Proteção Civil
- Ações de sensibilização futuras.

Quanto ao Questionário, este foi realizado em uma turma de cada ano do ensino básico, à exceção do 1º ano, dada a dificuldade destes ao nível da leitura e da redação. Podemos ver assim, no Quadro nº1 a distribuição dos alunos pelas turmas escolhidas para a realização do IQ, 2ºB, 3ºB e 4ºD da escola da Glória e as turmas 2ºB, 3ºA e 4ºA da escola de Casalmarinho. A escolha processou-se desta forma dada a sensibilidade do público, pois o facto de inquirirmos apenas alguns elementos em cada turma, poderia suscitar problemas de compreensão do método por parte dos alunos excluídos.

Quadro nº1 – Distribuição da amostra por estabelecimento, ano e género

	Género	2ºAno	3ºAno	4ºAno	Total por sexo	Total
Glória	Masculino	13	15	15	43	77
	Feminino	12	11	11	34	
Casalmarinho	Masculino	12	14	16	43	71
	Feminino	12	10	6	28	
Total		49	50	49		148

N

o inquérito por questionário, tendo em conta as características da população, foi utilizada uma linguagem simples e ilustrações referentes ao tema, isto para, entre outros aspetos, facilitar a compreensão do que lhes era pedido. O exemplar do IQ utilizado poderá ser consultado no Anexo I da presente comunicação.

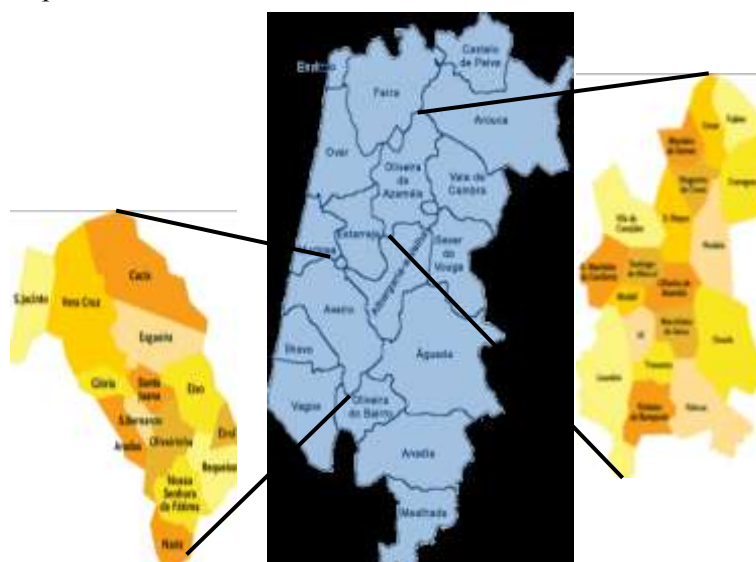
Porém, apesar de simples permite o levantamento de informação sobre quatro pontos essenciais:

- Características do inquirido (Estabelecimento, Género e Ano)
- Conhecimento sobre ações de prevenção;
- Conhecimento das formas de atuação em situação de risco;
- Disponibilização de Informação.

Os dois estabelecimentos de ensino escolhidos, apesar de sitos no mesmo Distrito, apresentam realidades bem distintas, enquanto a primeira se localiza na freguesia da Glória, Concelho de Aveiro, a segunda pertence à Freguesia de Fajões, Concelho de Oliveira de Azeméis (Figura nº1).

Estes estabelecimentos foram escolhidos por duas razões, uma segundo o critério de localização e uma segundo a existência, ou não, de registo de Plano de Prevenção e Emergência no Comando Distrital de Operações de Socorro do Distrito. Assim, em primeiro lugar, devido ao afastamento entre as duas localidades, que nos possibilita, no mesmo trabalho, comparar a abordagem do tema, num estabelecimento mais citadino (EB-1 da Glória) e mais litoral e num outro mais rural do interior do Distrito (EB-1 de Casalmarinho). Por fim, e já no que se refere à existência de PPE, optamos por estudar dois estabelecimentos com diferentes abordagens face às situações de risco, um já com PPE elaborado e aprovado (EB-1 da Glória) e outro sem (EB-1 de Casalmarinho).

Figura nº1 – Mapa do Distrito de Aveiro e dos Concelhos de Aveiro e Oliveira de Azeméis



3 Existe Cultura de Risco na Infância? Os casos da EB-1 da Glória e da EB-1 de Casalmarinho

O primeiro aspeto a ter em conta é a população que na realidade foi inquirida, uma vez que, os Inquéritos por Questionário, não foram colocados como definido anteriormente, dada a não comparência dos alunos no estabelecimento. No Quadro nº2, apresentamos a distribuição dos inquiridos por, estabelecimento, género e ano, onde podemos verificar que este foi submetido junto de 140 alunos, 66 da escola EB-1 de Casalmarinho e 74 da EB-1 da Glória.

Quadro nº2 - Distribuição dos alunos inquiridos por estabelecimento, ano e género.

	Género	2ºAno	3ºAno	4ºAno	Total por sexo	Total
Glória	Masculino	12	15	14	37	74
	Feminino	11	11	11	37	
Casalmarinho	Masculino	10	13	16	39	66
	Feminino	11	10	6	27	
Total		44	49	47		140

Quando analisamos as questões referentes às ações de prevenção, podemos ver que os conhecimentos demonstrados pelos alunos apresentam-se muito semelhantes, situação que pode ser verificada, especialmente, através de duas questões, uma referente à forma mais correta de se tomar banho, onde foi possível verificar que a maioria significativa respondeu corretamente, 85,1% dos alunos da EB-1 da Glória e 80,3% da básica de Casalmarinho (Figura nº2), assinalando o chuveiro como a forma mais correta de se proceder, e outra sobre a forma como devemos escovar os dentes, onde, 90,5% dos alunos da Glória e 93,9% dos de Casalmarinho, percebem que esta ação deve decorrer com a torneira fechada (Figura nº3), o que demonstra a sensibilidade dos inquiridos para as questões de seca e de necessidade de economizar este recurso.

Figura nº 2 – Perceção dos alunos sobre a forma mais correta de se tomar banho (%)

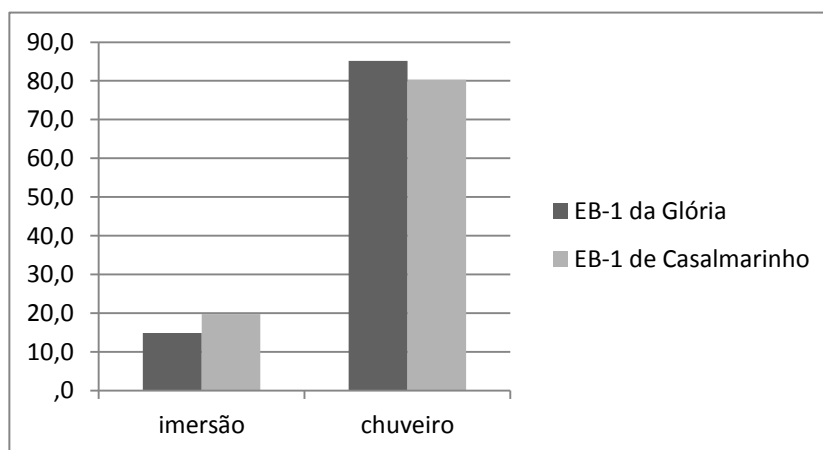
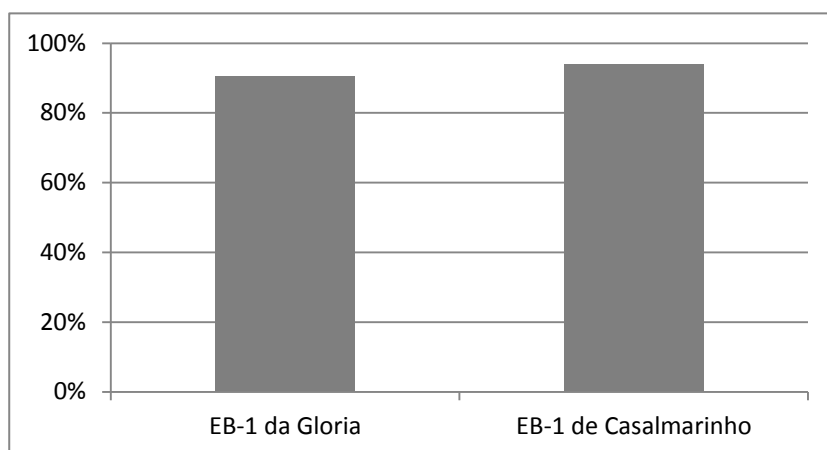


Figura nº3 – Percentagem de respostas corretas à afirmação “lavar os dentes com a torneira aberta”



Esta realidade pode ser explicada com base na semelhança das ações realizadas pelos estabelecimentos, uma vez que, apesar de conscientes da importância da escola na formação cívica dos seus alunos, as abordagens sobre prevenção ocorrerem essencialmente ao nível curricular em ambos, o que, como referimos ao longo da exposição é uma abordagem limitada, o que é confirmado pelos entrevistados, e mostra-se pouco eficaz pois, sendo uma abordagem meramente teórica, não possibilita a aproximação dos alunos à realidade, o que poderá originar, como referimos anteriormente, um aumento dos conhecimentos mas não uma alteração de práticas.

No que se refere aos dados recolhidos através das questões sobre formas de atuação em caso de risco, é evidente um maior conhecimento por parte dos alunos da escola EB-1 da Glória, o que podemos verificar principalmente a partir da análise de três questões em particular. A primeira, quando questionados sobre a forma mais correta de abandonar o edifício em caso de ocorrência de uma situação de risco, onde 91,9% dos alunos da Glória afirmam devem abandonar os edifícios com calma e em fila indiana, enquanto na escola de Casalmarinho isso só se verifica em 62,1% dos casos (Figura nº4). A segunda, o assinalar como verdadeira ou falsa a afirmação “em caso de sismo, proteger-se debaixo da mesa”, pois se na Glória 91,9% dos alunos assinalam a resposta como verdadeira, isso só se verifica em 74,2% dos casos em Casalmarinho (Figura nº5), e por fim o conhecimento dos alunos sobre o significado da sinalização de emergência, onde, como podemos ver pela Figura nº6, apesar da proximidade existente na identificação da saída de emergência para pessoas com deficiência, a percentagem de respostas corretas é sempre superior na escola da Glória.

Figura nº4 – Perceção dos alunos sobre a forma mais correta de abandonar os edifícios (%)

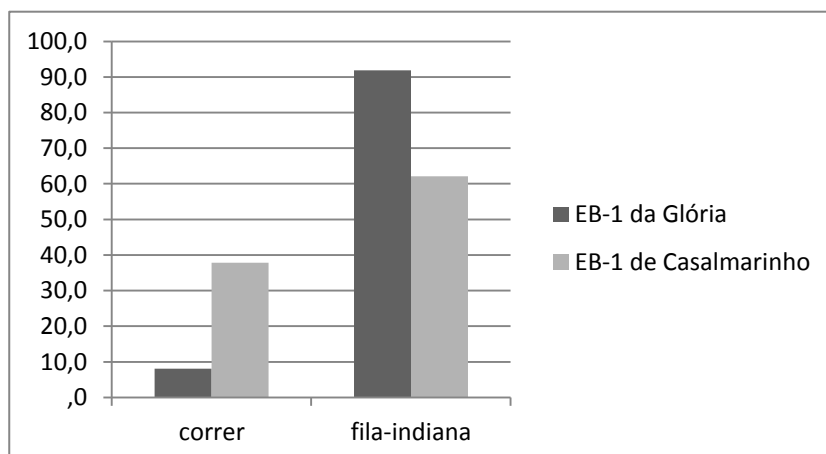


Figura nº5 – Percentagem de respostas corretas à afirmação “em caso de sismo, proteger-se debaixo da mesa”

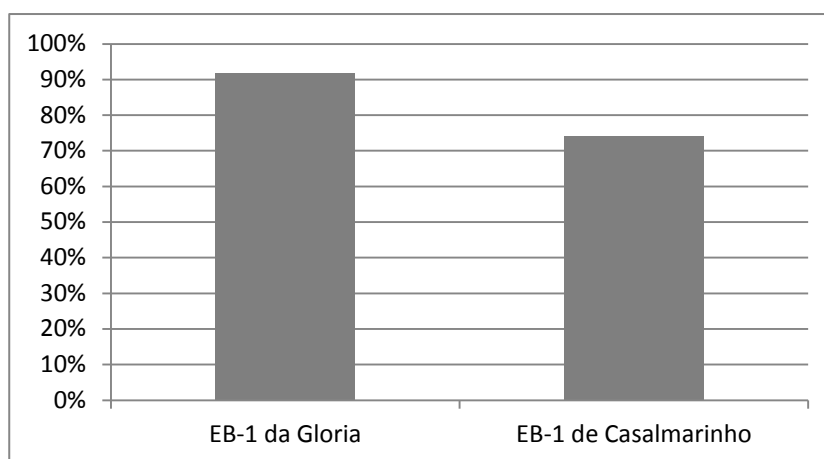
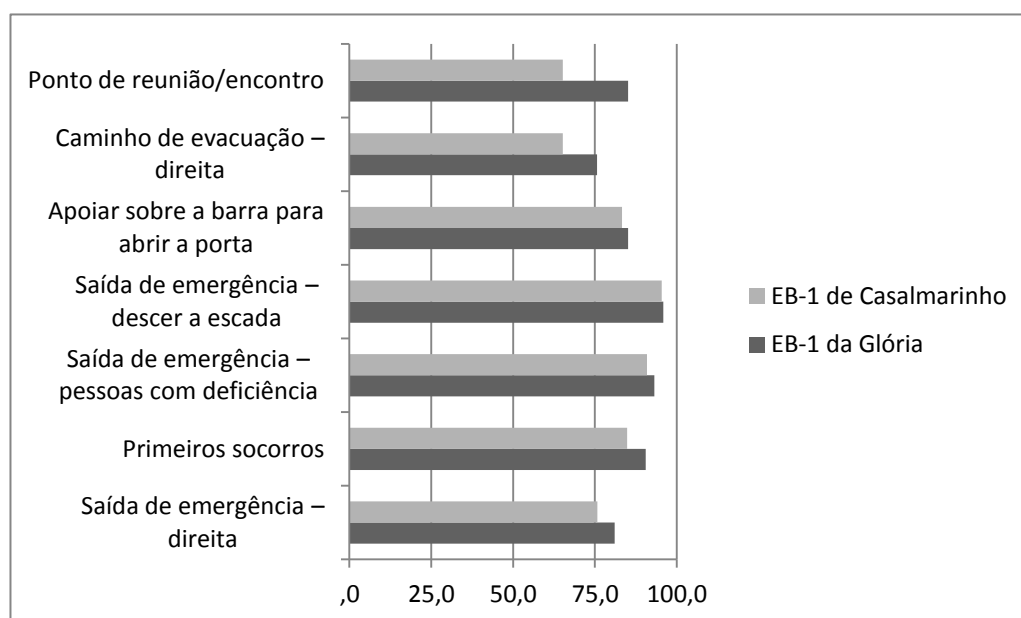


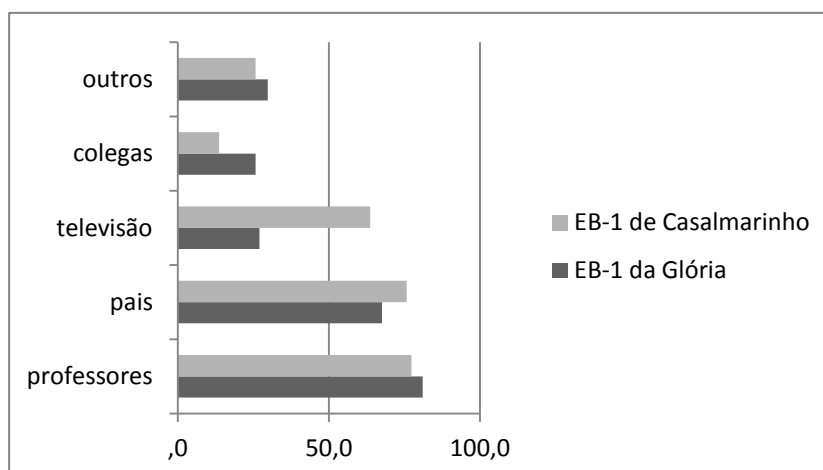
Figura nº6 – Correspondência correta entre a sinalização de emergência e o seu significado (%)



Esta diferença é facilmente justificada através da informação recolhida com os IE's, pois tal como o nível de conhecimentos demonstrados, as ações desenvolvidas pelos estabelecimentos também são diferentes. Enquanto a escola EB-1 da Glória já possui um Plano de Prevenção e Emergência aprovado e conhecido por todos os frequentadores, e já demonstra intenção de alargar o Clube da Proteção Civil existente na cede de agrupamento às escolas de 1º Clico, na escola de Fajões só recentemente se iniciou o desenvolvimento destes projetos.

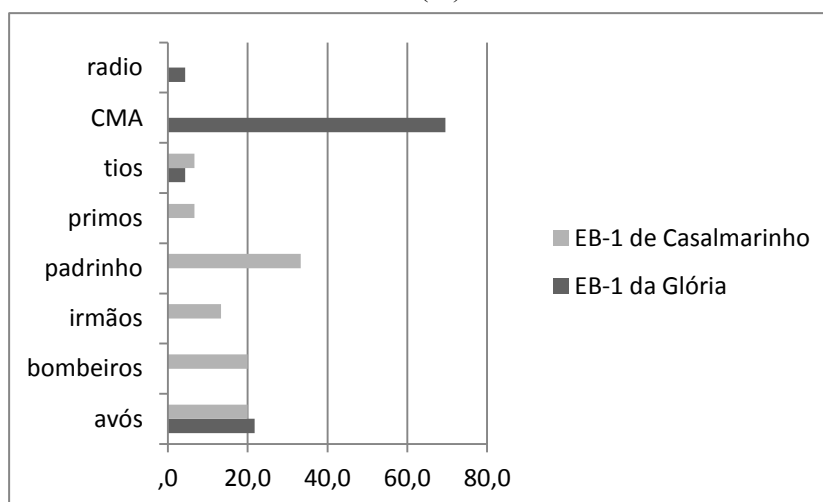
Por fim, interessou-nos perceber quais foram as entidades que procederam à disponibilização de informação sobre as situações de risco. Na opinião dos alunos da EB da Glória a maior fonte de informação é, indiscutivelmente, o corpo docente do estabelecimento (81,1%), já os alunos de Casalmarinho atribuem-lhe menor importância (77,2%) e colocam-no a um nível semelhante dos seus familiares (75,8%) (Figura nº7). Reconhecimento que vai de encontro ao que é defendido ao longo da exposição e das declarações proferidas pelo diretor da EB-1 da Glória, “*A escola básica, tal como ela está desenhada no nosso país [...] é uma fonte de aprendizagem a diversos níveis, é educação para a saúde, é educação para o ambiente, é educação para a proteção*”.

Figura nº7 – Entidades ou pessoas que transmitiram aos alunos informação sobre as situações de risco (%)



Torna-se também interessante perceber a escolha de outras entidades, espacialmente na EB-1 da Glória, pois os discentes percecionam a importância da Camara Municipal de Aveiro (CMA), através dos seus Serviços Municipais de Proteção Civil, durante o decorrer das ações de sensibilização realizadas, e mencionam esse aspeto no IQ.

Figura nº14 – Outras entidades ou pessoas que transmitiram aos alunos informação sobre as situações de risco (%)



Em suma, considerando toda informação recolhida, é evidente a existência da consciência, por parte dos responsáveis escolares, da importância da escola na formação dos seus alunos, quer a nível curricular quer a nível cívico, desde que essa formação decorra sempre de forma adaptada às faixas etárias a que se destinam. No entanto, apesar de todos os inquiridos reconhecerem esta importância, quando questionados sobre as ações que desenvolvem nesse sentido as realidades são distintas. Enquanto que em Casalmarinho a abordagem desta temática se faz apenas ao nível curricular, que como já vimos anteriormente se apresenta muito limitada, a escola da Glória, para além desta, já elaborou o PPE e desenvolveu, com o apoio dos Serviços Municipais de Proteção Civil de Aveiro, ações de sensibilização, com componentes teóricas acompanhadas de exercícios de simulação, junto dos alunos e funcionários docentes e não docentes.

Esta diferença de atitude reflete-se no conhecimento demonstrado por parte dos alunos que frequentam esses estabelecimentos. Enquanto os conhecimentos dos alunos ao nível das ações de prevenção são semelhantes, o mesmo não ocorre quando falamos de ações a tomar durante uma ocorrência, neste caso os alunos da Glória

demonstram deter maiores conhecimentos. Realidade preocupante pois estamos conscientes que os conhecimentos de prevenção não são suficientes pois a probabilidade de ocorrência deste tipo de situação nunca poderá ser igual a zero (Dean, 1999 in Areosa, 2008) e dessa forma a população deve estar preparada para agir, se necessário.

Dados os ideais defendidos ao longo da exposição e certos de que na base da Cultura de Risco esta a existência de conhecimentos que permitam aos indivíduos prevenir e reagir a estas situações (AP/CAT, 2003), podemos afirmar que apenas os alunos da escola EB-1 da Glória demonstram a existência de indícios que nos remetem para o desenvolvimento deste tipo de cultura.

Durante a análise realizada às entrevistas, surgiram ainda dois aspetos que, mesmo não se encontrando diretamente ligados aos pontos anteriormente apresentados, devem ser alvo de reflexão. Em primeiro lugar o apoio fornecido pelas entidades superiores responsáveis pela proteção civil no concelho, pois se em Aveiro o apoio prestado pelos SMPC surgiu como um incentivo à realização das atividades, o mesmo não ocorreu em Oliveira de Azeméis. Os entrevistados, neste estabelecimento, referem nunca terem sido sensibilizados para a obrigatoriedade e/ou pertinência da realização de certas ações. E por outro lado, constatamos a prematuridade dos ideais de segurança no nosso país, pois esta ainda é deixada para segundo plano e vista como menos importante, quando comparada com a estética dos edifícios.

4 Conclusão

A presente exposição abordou o desenvolvimento dos conhecimentos sobre situações de risco na população, a denominada Cultura de Risco, dada a importância do cidadão comum na gestão de situações de risco. Este processo deve ter início desde os primeiros anos de vida, razão pela qual os estabelecimentos de ensino assumem um papel fundamental. Esta necessidade surge da consciencialização de que o desenvolvimento tecnológico não acarretou apenas vantagens e que os Estados devem desenvolver uma política de gestão de situações de risco, tendo por base não só as avaliações científicas mas também a opinião do cidadão comum, função para a qual se deve preparar desde cedo.

Do levantamento de informação que decorreu em duas escolas básicas de 1º Ciclo do distrito de Aveiro (Glória e Casalmarinho) podemos concluir que, apesar de todos os responsáveis entrevistados se mostrarem conscientes da importância do desenvolvimento de ações de sensibilização, na prática as abordagens mostram-se limitadas, principalmente na EB-1 de Casalmarinho, pois se na EB-1 da Glória o Plano de Prevenção e Emergência já se encontra aprovado e do conhecimento de todos (componente teórica e prática) e já se pensa no alargamento do Clube da Proteção Civil, na EB-1 de Casalmarinho as abordagens ao tema são meramente curriculares. Já no que se refere aos conhecimentos dos alunos, embora semelhantes quando questionados sobre ações preventivas, mostram-se muito distintos em relação às ações de reação em situação de risco. Realidade que nos leva a concluir que apenas um dos grupos de alunos demonstra indícios de formação de Cultura de Risco, os alunos da EB-1 da Glória.

Para além disso, foi possível confirmar a relação existente entre as ações dinamizadas nos estabelecimentos e o conhecimento demonstrado pelos discentes, uma vez que, os alunos que demonstram conhecimentos que indicam o desenvolvimento de Cultura de Risco são os que frequentam o estabelecimento que tem realizado mais ações de sensibilização, quer teóricas quer práticas.

Futuramente, dada a relevância do tema, seria pertinente a realização de estudos semelhantes em outros estabelecimentos de ensino, ou até mesmo refazer o que acabamos de apresentar, em especial na EB-1 de Casalmarinho, de maneira a perceber qual o impacto das ações planeadas para o futuro, nomeadamente a aprovação PPE e a sua comunicação aos alunos e funcionários docentes e não docentes.

5 Referências

- Almeida, António, (2004), “O conceito de risco socialmente aceitável como componente crítico de uma gestão de risco aplicada aos recursos hídricos”. *VII Congresso da Água. Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos*. Recuperado em 30 de novembro, 2009, de <http://www.aprh.pt/congressoagua2004/PDF/97.PDF>;
- AP/CAT, (2003), *Risk prevention at school*. Strasbourg. Recuperado em 17 de Julho, 2009, de <http://www.besafenet.org/main/data/articles/EUROPA-document%20for%20website.pdf>;
- Areosa, João, (2008), “O risco no âmbito da teoria social”. *VI Congresso Português de Sociologia – Mundos sociais, saberes e práticas*. Universidade de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Recuperado em 13 de Outubro, 2009, de <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/323.pdf>;
- Barreiros, Fátima; Ferreira, Manuel e Vieira, Judite, (2004), *Sentimentos e comportamentos em matéria ambiental: Detecção de diferenças entre género e grupos profissionais*. Recuperado em 15 de Março, 2010, de <http://mportugal.homestead.com/files/FMJenv.pdf>;
- Carvalho, Ana, (2003), *Educação Ambiental nas Zonas Costeiras – Caso de Estudo: Litoral do Concelho de Mira*. Dissertação de Mestrado em Ciências das Zonas Costeiras – Universidade de Aveiro. Aveiro;
- CUE, (2009), *Projecto de conclusão do Conselho sobre sensibilização em materia de protecção civil*. Recuperado em 27 de Janeiro, 2011, de <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/st09976.pt09.pdf>;
- Departamento da Educação Básica, (2004), *Organização Curricular e Programas Ensino Básico — 1º Ciclo*. 4ª Edição. Recuperado em 2 de Fevereiro, 2011, de http://www.dgide.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/612/Prog%20_1CicloEB.pdf;
- Figueiredo, Elisabete, (2009), “Entre os actos de Deus e a expertise científica. Reflexões acerca da descoincidência entre as percepções leigas e as avaliações técnico-científicas dos riscos”. Sorocaba. *Revista de estudos Universitários*, nº2, vol.35, pag.47-66;
- Figueiredo, Elisabete; Valente, Sandra; Coelho, Celeste, e Pinho, Luísa, (2009) “Coping With risk: analysis on the importance of integrating social perception on flood risk into management mechanisms – the case of the municipality of Águeda, Portugal”. *Journal of Risk Research*, (12:5) pag.581-602;
- Flynn, James e Slovic, Paul, (2000), “Avaliações dos Peritos e do Público Acerca dos Riscos Tecnológicos” in, Gonçalves, Mª Eduarda (Org.) *Cultura Científica e Participação Pública*. Oeiras. Celta Editora, pp.109-128;
- Gonçalves, Carmen, (2004), “Incerteza, gestão e decisão: O caso do risco sísmico.” *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexão e Acção*. Recuperado em 13 de Outubro, 2009, de http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e84b186ba_1.pdf;
- Guivant, Julia, (1998), “A Trajetoria das Análises de Risco: Da periferia ao centro da teoria social”. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas*, nº46, pag.3-38;
- Inácio, Maria, (2010), *A promoção de uma cultura de segurança nos alunos do ensino básico: um estudo de caso nos segundo e terceiro ciclos*. Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra;
- Jacobi, Pedro, (2007), “Educar na Sociedade de Risco : o desafio de construir alternativas” *Pesquisa em Educação Ambiental*, vol.2, nº2, pp. 49-65;
- Lencastre, Ana e Pimentel, Isabel, (2005), *Plano de Prevenção e Emergência para Estabelecimentos de Ensino*. Lisboa. Co-Edição – Câmara Municipal de Lisboa - Departamento de Protecção Civil e Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil. 4ª Edição;
- Lima, Maria, (2004), “Images of the Public in the Debates about Risk – Consequences for Participation”. *Portuguese Journal of Social Science*, nº2, pp.149-163;

Mela, Alfredo; Belloni, Maria e Davico, Luca, (2001), *A Sociologia do Ambiente*. Lisboa: Editorial Estampa;

Queirós, Margarida; Vaz, Teresa e Palma, Pedro, (2006), *Uma Reflexão a Propósito do Risco*. Recuperado em 5 de Abril, 2011, de http://www.ceg.ul.pt/ERSTA/..%5CDescarga%5CERSTA%5CMQ_TV_PP.pdf;

Santos, Paulo, (2008), *Da Prevenção à Gestão de Risco – O caso da ponte 25 de Abril*. Dissertação de Mestrado em Medicina de Catástrofe – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto. Porto;

Santos, Nuno; Roxo, Maria e Neves, Bruno, (n.d.), *O papel da percepção no estudo dos riscos naturais*. Centro de Geografia e Planeamento Regional. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Recuperado em 1 de Março, 2010, de http://www.geogra.uah.es/inicio/web_11_cig/cdXICIG/docs/01-PDF_Comunicaciones_coloquio/pdf-3/com-P3-12.pdf;

SNBPC, (2006), *Clube de Protecção Civil*. Recuperado em 10 de Julho, 2009, de http://www.prociv.pt/clube/clube/DossierClube_ANPC.pdf;

Soriano, Érico, (2009), “Os desastres naturais, a cultura de segurança e a gestão de desastres no Brasil”. *V Seminário Internacional de Defesa Civil – DEFENCIL*. São Paulo. Recuperado em 27 de Janeiro, 2011, de http://www.defesacivil.uff.br/defencil_5/Artigo_Anais_Eletronicos_Defencil_19.pdf;

Thong, Tran, (1981), *Estádios e Conceito de Estádios de Desenvolvimento da Criança na Psicologia contemporânea*. Porto: Edições Afrontamento, vol.1;

UK Cabinet Office (2009), *Informed. Prepared. Together. Conference*. York. Recuperado em 9 de Janeiro, 2009, de http://www.informedprepared.eu/pages/multimedia/db_doc.document?id=1689;

Viégas, Aline e Guimarães, Mauro, (2004), “Crianças e educação ambiental na escola: associação necessária para um mundo melhor?” *Revista brasileira de educação ambiental*. Brasília. nº0, 56-62;

Legislação Consultada

Lei 27/2006, de 03 de Julho

Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro

Anexo I – Inquérito por Questionário

Inquérito por questionário às escolas EB-1 da Glória e Casalmarinho

Outubro de 2010

Este inquérito tem como finalidade a verificação da existência de indícios, junto dos alunos das escolas em causa, que nos remetam para a criação de uma Cultura de Risco na infância.

Agradecemos desde já a colaboração.

1. Escola?

Casalmarinho

☐

Glória

☐

2. Ano?

2º Ano

☐

3º Ano

☐

4º Ano

☐

3. Sexo?

Masculino

☐

Feminino

☐

4. Preenche o quadro, através das imagens:



1



4

3.

I	N				D	I		S
---	---	--	--	--	---	---	--	---



3

2.

	E		A
	S		



2

5. Escreve uma palavra que, na tua opinião, descreve cada uma das seguintes situações.

1. Sismos _____

2. Inundações _____

3. Seca _____

4. Incêndios _____

6. Pinta os objetos que levas para a escola e põem uma cruz naqueles que não deves levar.



7. Escreve uma frase sobre os objetos que não deves levar para a escola **(os que assinalas-te com uma cruz).**

8. Escolhe e assinala as figuras **mais corretas**.

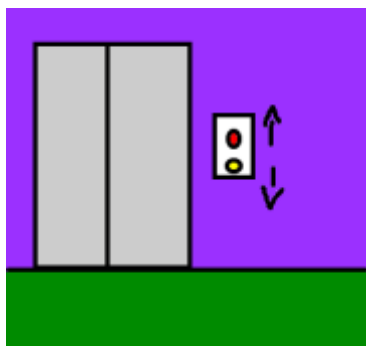
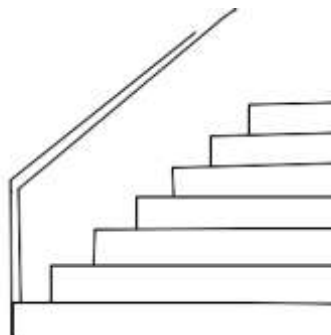
8.1 Tomar banho de chuveiro ou de Imersão?

☐☐

8.2 Em situações de perigo, temos de abandonar a escola a correr ou com calma e em fila indiana?

☐☐

8.3 Em caso de perigo usas a escada ou o elevador?

☐☐

9. Assinala se as figuras **estão ou não correctas**.

9.1 Atirar lixo para o chão?



Sim

Não

9.2 Em caso de sismo, proteger-se debaixo da mesa?



Sim

Não

9.3 Lavar os dentes com a torneira aberta?



Sim

Não

9.4 Deixar as torneiras a pingar?



Sim

Não

9.5 Ligar 112 em caso de perigo?



Sim

Não

9.6 Em caso de sismo, afastar-se de janelas?



Sim

Não

9.7 Em caso de emergência manter-se junto a um adulto em lugar seguro.



Sim

Não

10. Quem te falou sobre estas situações de perigo? (podes escolher mais do que uma resposta)

Ninguém
Professores
Pais
Televisão
Colegas
Outras pessoas

Quem? _____

11. Une as figuras ao seu significado.

Saída de emergência – pessoas com deficiência



Saída de emergência – direita



Saída de emergência – descer a escada



Caminho de evacuação – direita



Ponto de reunião/encontro



Primeiros socorros



Apoiar sobre a barra para abrir a porta



Obrigado

Alexandra Silva

ⁱ O trabalho apresentado resulta de uma investigação conduzida, no âmbito de um estágio de Mestrado (em Administração e Gestão Pública, da Universidade de Aveiro) pela primeira autora, sobre supervisão da segunda, realizado no Comando Distrital de Operações e Socorro de Aveiro.
